

Compromisso de ajustamento de conduta: Modalidade legal de defesa dos Direitos Fundamentais das Pessoas com Deficiência

Gilmar Vieira de Araújo

RESUMO

A presente dissertação trata do compromisso de ajustamento de conduta como modalidade legal de defesa dos Direitos fundamentais das Pessoas com Deficiência. Pretende-se mostrar que as pessoas com deficiência ainda passam por diversidades no convívio social, uma vez que, apesar de existir inúmeras legislações, seja de âmbito internacional ou nacional de promoção de direitos, ainda assim, na prática a questão se torna complexa, não havendo efetiva e satisfatória proteção e aplicação dos direitos positivados. Tem-se que, os direitos das pessoas com deficiência estão enquadrados nos chamados direitos transindividuais e por tal motivo, gozam da possibilidade de serem protegidos por meio de iniciativa dos órgãos públicos legitimados, como por exemplo, o Ministério Público e a Defensoria Pública. Trata-se de instrumento que está em consonância com as modernas orientações do processo e que deve ser insistentemente utilizado pelos operadores do direito, de modo que os direitos e garantias fundamentais das pessoas com deficiência sejam celeremente alcançados, garantindo ao máximo o postulado da dignidade da pessoa humana das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Defesa de Direitos – Direitos Fundamentais - Pessoa com Deficiência – Efetividade – Compromisso de ajustamento de conduta.